



### Planalto ignora promessa de austeridade e usará mais cargos na Presidência para acomodar apadrinhados

A criação de cargos sem concurso público faz parte de um longo processo de aparelhamento do Estado por parte do PT. Além disso, a prática vai contra o discurso de responsabilidade fiscal anunciado pelo futuro governo federal. Essa é a avaliação dos deputados **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)** e **Luiz Carlos Hauly (PR)** sobre o projeto do Executivo em tramitação na Câmara que reforça a estrutura da Presidência da República com 90 cargos. A proposta já passou por duas comissões e será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Se aprovada, seguirá ao Senado sem a necessidade de ser votada pelo plenário da Casa.

“Não é um projeto isolado. Isso faz parte de um grande processo de aparelhamento do Estado pelo PT, que coloca a estrutura de governo a serviço de um partido. A criação de cargos é cada vez maior e as pessoas não são escolhidas por mérito, aprovação em concurso ou porque estão aptas para aquele cargo, mas simplesmente porque têm a carteirinha de filiado”, avaliou Mendes Thame nesta quinta-feira (25).

De acordo com o parlamentar, esse aparelhamento

tem colocado em risco a eficiência de instituições como os Correios, o Inbra, o Instituto Nacional do Câncer e a Petrobras. No entanto, o tucano lembrou que o projeto pode ser rejeitado pelo Congresso. “O país inteiro está assistindo a essa escalada da nomeação de pessoas sem concurso. Por outro lado, isso não está ainda consumado. Os deputados podem pedir a obrigatoriedade da votação em plenário. Ainda há formas de resistirmos a mais esse assalto aos cofres públicos”, ressaltou Mendes Thame.

Para Hauly, o projeto vai de encontro à pregação de responsabilidade fiscal anunciada nesta quarta-feira (24) pela nova equipe econômica da presidente eleita Dilma Rousseff. A petista será herdeira de uma estrutura fortalecida nestes quase oito anos de governo do PT e terá à disposição mais funcionários, com gastos anuais estimados em R\$ 7,6 milhões.

“Essa é uma contradição fatal e uma demonstração de efeito cascata. Todos os ministérios seguirão o mesmo exemplo, desaguando num mar de contratações. É preciso colocar um ponto final em tudo isso e o PSDB tem esse papel a fazer como oposição”, afirmou o deputado. @

90

*Cargos podem ser criados na Presidência da República caso o Congresso aprove projeto de lei*

R\$ 7,6 milhões

*É o valor dos gastos anuais com funcionários em toda a estrutura do Palácio do Planalto*

### **Contratação de R\$ 500 mil sem licitação pelo Ministério da Cultura é desrespeito com o dinheiro público, condena Duarte Nogueira**

O deputado **Duarte Nogueira (SP)** criticou o Ministério da Cultura (MinC) nesta quinta-feira (25) por contratar serviços de alto custo sem licitação para a realização do prêmio Ordem do Mérito Cultural de 2010. De acordo com reportagem do jornal “O Estado de S. Paulo”, o valor total do evento é de 1,5 milhão, mas cerca de R\$ 500 mil serão pagos à cenógrafa e produtora teatral Bia Lessa, escalada para organizar a cerimônia sem processo de seleção pública.

Na avaliação do parlamentar, ignorar a lei que regula os contratos na administração federal é uma conduta frequente do governo petista, pois casos como esse se repetem desmedidamente por falta de punição.

“Mais uma vez a imprensa noticiou, a oposição denunciou e o governo ainda faz cara de paisagem. Eles acreditam que por serem governo podem tudo e não precisam respeitar os tramites legais, como a Lei de

Licitações. Isso é um flagrante de desrespeito ético e moral”, condenou.

Outro contrato polêmico no mesmo prêmio é o da Casa da Moeda. A empresa pública foi chamada, também sem licitação, para fazer os diplomas e irá cobrar quase R\$ 100 mil pelo serviço. O valor representa R\$ 52 mil a mais do valor da mesma proposta de 2009. O prêmio, que é entregue desde 1995, terá neste ano 40 agraciados.

Apesar de ter uma equipe de cerimonial à disposição, assim como todos os demais ministérios, a pasta informa que por causa da importância do evento foi necessário buscar um produtor no mercado. Por conta das duas contratações sem edital, o evento custará cerca de R\$ 200 mil a mais do que em 2009. O MinC também alega que a dispensa de licitação no caso da produtora aconteceu porque a lei permite a contratação de artistas desde que “consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública”. @

## Aprovação do Estatuto da Juventude vai assegurar direitos a esse segmento da população, comemora Lobbe

O Estatuto da Juventude foi aprovado por Comissão Especial da Câmara na última terça-feira (23). O deputado **Lobbe Neto (SP)**, presidente do colegiado criado para analisar o projeto, afirmou que a proposta vai garantir os direitos fundamentais para os jovens brasileiros. Entre outras medidas, a nova regulamentação prevê transporte público gratuito para os estudantes e meia passagem nos transportes interestadual e intermunicipal para os jovens de 15 a 29 anos. Esses benefícios serão subsidiados pelo governo para evitar reajuste de tarifa.

O substitutivo da deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS) ao Projeto de Lei 4529/04 segue agora para análise do Plenário da Casa. O projeto também assegura meia-

entrada para estudantes em eventos culturais e de lazer e financiamento estudantil em faculdades privadas reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). O texto propõe ainda ações afirmativas para garantir o acesso ao ensino superior a jovens negros, indígenas, alunos portadores de deficiência e oriundos de escola pública.

Para Lobbe Neto, o estatuto vai garantir condições para que esta parcela da população se desenvolva de forma adequada, capacitando-os para o mercado de trabalho e uma efetiva participação na sociedade. O reconhecimento dos jovens em idade escolar, avalia o tucano, pode afastar a juventude dos perigos das drogas e da violência. @

### DIRETO DO PLENÁRIO

*“Sou daqueles que defendem, de forma enfática, uma reforma constitucional que possa dar uma nova estrutura política ao país. Podemos fazer uma análise por meio de quatro itens: o primeiro deles é a Federação; o segundo, o regime de Governo; o terceiro seria o sistema eleitoral vinculado ao regime de governo; e, em quarto lugar, a questão dos direitos humanos e dos direitos individuais.”*

■ Deputado **Bonifácio de Andrada (MG)**, que criticou o “imperialismo do governo federal” e alertou para o enfraquecimento do Poder Legislativo e para a dominação, por grupos econômicos, do processo político-eleitoral brasileiro. No que diz respeito aos direitos individuais, o parlamentar acredita que a Constituição devia estabelecer o que chamou de “novos esquemas” capazes de dar ao povo brasileiro melhores condições para o seu bem estar. Na avaliação do tucano, essas alterações poderiam somente ser feitas via Congresso Constituinte.

*“O presidente Lula deve explicações a respeito de sua promessa. A primeira é dizer como pretende fazer isso. Ele vai desmontar os arquivos da CPI dos Correios e os inúmeros depoimentos prestados à comissão em audiências públicas acompanhadas por milhões de brasileiros pela televisão? Ele vai banir o relatório da CPI, que foi encaminhado ao Ministério Público com a lista dos indiciados e integra um dos capítulos mais dramáticos já registrados neste Poder Legislativo? E a denúncia que o Ministério Público encaminhou ao STF? De que forma Lula pretende desmontá-la? Pergunto ainda se ele vai apagar também a denúncia que o Supremo acatou contra os 40 denunciados, que hoje respondem, na condição de réus, por crimes de peculato, formação de quadrilha, corrupção ativa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica, evasão de divisas e gestão fraudulenta.”*

■ Deputado **Antonio Carlos Pannunzio (SP)**, ao se referir à promessa de Lula, publicada no jornal “O Estado de S. Paulo”, de que desmontará “a farsa do mensalão” quando deixar o governo.

*“Quantas denúncias fiz, quantas CPIs foram abertas, quantas vezes vi relatórios rasgados e jogados fora por ordem do presidente Lula, dos seus servos e subordinados que estão aqui atrás de cargos públicos e que só sabem fazer política na situação?”*

■ Senador **Mário Couto (PA)**, ao citar como exemplo emblemático a CPI do Dnit, pedida pelo tucano. Em 2009, a pressão política do Palácio do Planalto levou ao arquivamento do requerimento de abertura da comissão de inquérito para investigar irregularidades nesse órgão.

### Leia também em nosso blog:

- Senadora Marisa Serrano destaca legado deixado pelo “pai da psicanálise”
- Arthur Virgílio quer prorrogação da Zona Franca de Manaus até 2073
- A pedido de Haully, Comissão de Finanças e Tributação fará seminário sobre reforma tributária
- Direto do Twitter, com os deputados Eduardo Gomes (TO), Carlos Brandão (MA), Nilson Pinto (PA), Ricardo Tripoli (SP), Professora Raquel Teixeira (GO) e o senador Alvaro Dias (PR)

**EXPEDIENTE** - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranco ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Arthur Filho, Djan Moreno, Letícia Bogéa e Renata Guimarães ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower ■ Fotos: Eduardo Lacerda

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com @, enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo

e-mail: [diariotucano@camara.gov.br](mailto:diariotucano@camara.gov.br) Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>